



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DANILO ALVES FERNANDES

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA FORMAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL.

São Cristóvão- SE

2016

DANILO ALVES FERNANDES

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA FORMAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr^a. Vera Núbia Santos

DANILO ALVES FERNANDES

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA FORMAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Data de aprovação: 30/03/2017

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra..Vera Núbia Santos
Orientadora (DSS/UFS)

Profa. Dra. Noêmia Lima Silva
Examinador interno (DSS/UFS)

Profa. Me. Ana Paula Leite Nascimento
(Instituto Federal de Sergipe)

*Dedico este trabalho à minha amada esposa
Erika.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre a importância da pesquisa na formação do Assistente Social. O problema da pesquisa consiste em verificar o papel da pesquisa na formação do/a Assistente Social, tendo em vista o marco teórico da área. A justificativa prende-se no fato de que existem pontos fortes, muitas vezes metodológicos na pesquisa baseada na prática. A pesquisa terá como descritores “formação do assistente social”, “serviço social” e “pesquisa”. O objetivo é de avaliar a importância da pesquisa na formação do/a Assistente Social. O enfoque principal volta-se para a importância da pesquisa na atuação profissional, sendo imperioso que o/a assistente social busque atualização constante, numa construção contínua de conhecimento. Considerando que as relações sociais são complexas e a sociedade dinâmica, é imprescindível que haja por parte dos/as profissionais um posicionamento investigativo, crítico, construído e fundamentado em bases teóricas, fruto da busca incessante por conhecimentos. Destacou-se também neste trabalho a relevância da articulação entre teoria e prática, não podendo o Serviço Social restringir-se apenas ao acúmulo de informações, mas sim associar informação e prática, para assim obter respostas profissionais eficientes. Outro aspecto importante discutido refere-se aos cursos de graduação, ou seja, a formação acadêmica profissional, bem como a pós-graduação, como instrumentos de produção de conhecimento, além do avanço das produções científicas que tanto contribuem para o aprimoramento do Serviço Social. O presente estudo resulta de pesquisa bibliográfica abrangente, destacando renomados/as autores/as, que são responsáveis diretos pelas conquistas do/a assistente social. E por fim apresentaremos um quadro comparativo com a análise dos TCCs feitos pelos/as estudantes da UFS no período de 2011 até 2015 para termos uma orientação sobre os temas estudados mais recorrentes em nossa área.

Palavras-chave: Pesquisa. Produção de conhecimento. Serviço Social. Aprimoramento profissional.

ABSTRACT

This paper deals with the importance of research in the training of the Social Worker. The research problem consists of verifying the role of the research in the formation of the Social Worker, in view of the theoretical framework of the area. The rationale is that there are strong, often methodological, strengths in practice-based research. The research will have as descriptors "social worker training", "social service" and "research". The objective is to evaluate the importance of research in the training of the Social Worker. The main focus is on the importance of research in professional practice, and it is imperative that the social worker seeks constant updating, in a continuous construction of knowledge. Considering that social relations are complex and the society is dynamic, it is imperative that the professionals have a research position, critical, built and grounded in theoretical bases, the result of the incessant search for knowledge. It was also highlighted the relevance of the articulation between theory and practice, and Social Service can not restrict itself to information accumulation, but rather to associate information and practice, in order to obtain efficient professional responses. Another important aspect discussed refers to the undergraduate courses, that is, the professional academic formation, as well as the post-graduation, as instruments of production of knowledge, besides the advance of the scientific productions that so much contribute for the improvement of the Social Service. The present study results from a comprehensive bibliographical research, highlighting renowned authors, who are directly responsible for the accomplishments of the social worker. Finally, we will present a comparative table with the analysis of the TCCs made by UFS students from 2011 to 2015 to provide guidance on the most recurrent subjects studied in our area.

Keywords: Research. Knowledge production. Social service. Professional enhancement.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL.....	11
2.1	O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	16
2.2	PROCESSO DE RUPTURA DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL COM O CONSERVADORISMO.....	19
2.3	REDEMOCRATIZAÇÃO (NOVA REPÚBLICA).....	21
3	PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL	26
3.1	A PESQUISA E A BUSCA PELA SUPERAÇÃO DO CONSERVADORISMO.....	29
3.2	A PESQUISA E O AVANÇO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	32
3.3	NOVAS PROPOSTAS DE DIRETRIZES CURRICULARES.....	37
3.4	A MAIORIDADE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E A IMPORTÂNCIA DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS.....	39
3.5	PESQUISA DOS TCCS NA UFS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2011 E 2015.....	42
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	50
	ANEXOS.....	52

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, situando-se no processo de reprodução das relações sociais, aliado a capacidade de construir conhecimento e de estabelecer um olhar crítico da realidade, faz da pesquisa instrumento de fundamental importância para desvelamento das demandas sociais. Parte-se do pressuposto que o conhecimento é fruto das experiências sociais do homem no seu cotidiano, resultado da busca em satisfazer suas necessidades naturais e históricas.

A pesquisa na área do Serviço Social ganhou destaque com debates e produções a partir do Movimento de Reconceituação, através do processo de questionamento da atuação dos/as assistentes sociais frente às mudanças societárias, exigindo um novo perfil profissional (SETUBAL, 2007).

Portanto, destaca-se a importância da pesquisa no Serviço Social enquanto profissão interventiva atuante nas relações sociais, na busca de respaldo teórico, técnico e crítico da realidade, que possa levar a uma intervenção transformadora.

Segundo Iamamoto (1997), a formação profissional supõe um sólido suporte teórico-metodológico, necessário à reconstrução da prática e estabelecimento das estratégias de ação faz presumir ainda, a preparação no campo de investigação como eixo privilegiado para o aprimoramento da qualificação científica do assistente social e da produção teórica sobre questões pertinentes a seu campo de atuação e a uma realidade social mais ampla.

As transformações estruturais da sociedade, que nem sempre se apresentam de imediato, exigem do profissional o compromisso de investigar e revelar o oculto, para que possa intervir de forma concreta e eficiente nas demandas presentes.

Para o/a assistente social, o grande desafio está em produzir conhecimento que proporcione a superação da visão imediata dos fatos, do aparente, através do questionamento da realidade.

Portanto, o presente trabalho discorre sobre esta questão, buscando identificar, também, o grau de importância que as universidades têm demonstrado em relação à pesquisa na formação acadêmica.

Para a elaboração da pesquisa, utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório-descritivo e analítico. Por ser uma pesquisa de cunho bibliográfico, adotamos um levantamento qualitativo, advindos dos trabalhos, livros e Internet. O objetivo principal está em esclarecer a importância da pesquisa na atuação profissional.

Para Iamamoto e Carvalho (2003), o assistente social é considerado um intelectual orgânico, não se constituindo num profissional autônomo e independente das classes fundamentais, tendo o compromisso de contribuir na luta pela direção social e cultural dessas classes na sociedade. Trata-se do “organizador, dirigente e técnico”, que coloca sua capacidade a serviço da classe a que se encontra vinculada.

Dessa forma acredita-se que a pesquisa teve e tem importante papel na consolidação da profissão, decorrente das lutas dos profissionais, baseada em princípios, valores éticos e ideo-políticos. Por isso a necessidade de mostrar o quanto tem evoluído, e ainda precisa evoluir como instrumento de aprimoramento profissional.

O trabalho foi dividido em dois capítulos para melhor situar a problemática em questão. O primeiro capítulo refere-se à história da profissão, ressaltando sua origem no Brasil e o contexto político, econômico e social em que a mesma se desenvolveu e se legitimou.

O segundo capítulo, de forma mais específica, aborda-se a importância da pesquisa no Serviço Social e traz uma abordagem sobre a produção do conhecimento no Serviço Social. Busca-se fundamentar o real momento em que o Assistente Social passa a questionar sua atuação profissional e reivindicar por uma formação fundamentada em princípios técnico-teóricos, metodológicos e críticos, que possibilitem uma intervenção mais concreta na realidade, tendo como eixo a pesquisa. Destaca-se que no período de 2011 a 2015 os trabalhos de conclusão de curso na Universidade Federal de Sergipe apresentam termos que sugerem uma formação que se apropria da realidade social, tendo em vista a diversidade dos temas abordados e, por fim, foram apresentadas as considerações finais.

2 CAPÍTULO 01: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Para podermos entender o Serviço Social como profissão, devemos analisar sua história e sua relação com a dinâmica da sociedade capitalista. A análise será particularizando a história da profissão no contexto brasileiro a partir dos anos 1930 pelo fato da ascensão de Vargas ao poder com a revolução de 30, pois como conta Silva e Silva (1995), a revolução de 30, sob o governo de Getúlio Vargas, criou condições para o desenvolvimento do Estado Burguês, estabelecendo uma ruptura política, econômica e social com o Estado Oligárquico, sendo que o modelo econômico agro-exportador cede lugar para o industrial.

A situação da classe operária dos anos 1930 era crítica. As ruas estavam cheias de desempregados, a maioria vinda da zona rural, onde a crise da lavoura de exportação provocava a redução brusca de salários e o desemprego. Tornava-se necessário criar uma legislação social que viesse atender pelo menos parte das reivindicações dos trabalhadores, pois as elites dominantes sentiam-se ameaçadas pelas manifestações operárias e passaram a aceitar o Estado como árbitro na luta entre capital e trabalho (SILVA, 1992).

Então o Estado começa a ver com preocupação as tensões causadas pela população insatisfeita com a questão social e passa a criar políticas para abrandar essas questões. Pereira (2005, p. 130) apresenta a seguinte visão sobre o tema:

[...] Embora a questão social não fosse mais considerada uma questão de polícia, ela não foi alcançada a questão de política maior que merecesse a mesma atenção que o governo dispensava à área econômica. Na verdade a política social brasileira desse período, não obstante encampada pelo Estado, funcionava, no mais das vezes, como uma espécie de zona cinzenta, onde se operavam barganhas populistas entre o Estado e parcelas da sociedade e onde a questão social era transformada em querelas reguladas jurídica e administrativamente e, portanto, despolitizada.

Assim desde a década de 1930 até o início da ditadura militar em 1964 nada de estrutural foi mudado em relação ao social, apenas pequenas mudanças que visavam manter o poder dominante. Não houve um rompimento decisivo com o *laissez-faire*, nem com a antiga estrutura do poder oligárquico, tinha-se sim uma política social ad hoc (IBIDEM).

Antes dos anos 1930 várias instituições e organizações foram organizadas no Brasil com intuítos sociais (como a fundação em 1922 da Confederação Católica), mas foi com a iniciativa da igreja católica que a profissão começa a se desenvolver. Em 1932 é criado o Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo com finalidade de uma especialização técnica para o assistente social cujo objetivo era, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2003, p. 168):

[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social.

Com a crescente demanda por uma formação técnica especializada, foi constituída pelo CEAS a 1ª Escola de Serviço Social no Brasil, no estado de São Paulo, no ano de 1936, e posteriormente em 1937 no Rio de Janeiro. Conforme salienta Silva (1995, p.10),

[...] O objeto de estudo do serviço social na época, era o homem carente, e seus objetivos estavam mais direcionados para o atendimento da pobreza, através da assistência, prestação de serviços e orientação individual, sendo seus conhecimentos baseados no neotomismo, expressos pelo ensino das encíclicas e pela moral, pela filosofia e pela religião. Sendo sua prática operada basicamente pelas técnicas da entrevista e da visita domiciliar. A formação profissional apresentava-se então um cunho doutrinário e religioso.

É impossível negar a força e a influência que a igreja católica tinha nos primeiros cursos da nossa profissão. As encíclicas papais permeavam os processos de trabalho dos/as assistentes sociais, como afirma Castro (2000, p.106),

[...] as gerações que se educavam na época recebiam uma missão quase expressa da encíclica, constituindo como parte da tarefa ‘melhoria de costumes’, tendo as assistentes sociais funções como: trabalhos com a família operária, educação e cuidado dos filhos, destinação do salário, dos menores delinquentes, da segurança social, dos enfermos, enfim atividades cujos objetivos estavam voltados para a mudança dos costumes.

Mesmo o Serviço Social estando umbilicalmente ligado a igreja não se pode negar que havia uma estratégia para o enfrentamento das mudanças econômicas que o Brasil passava neste período.

Para Pereira (2005, p. 131), “as décadas de 30 e 40 constituíram-se, como o período em que se conquistaram algumas medidas de proteção social, sendo que a maioria estava relacionada à área trabalhista.”.

Foram criados na década de 1930 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (O primeiro ministro a assumir a pasta foi Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, seu neto, Fernando Collor se tornaria presidente do Brasil em 1990), a Carteira de Trabalho, a Legislação Trabalhista, entre outras.

Em 1940, houve a instituição do salário mínimo, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já existiam várias legislações sobre o tema e Vargas apenas as

consolidou, criação do imposto sindical, do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), de nova legislação sobre acidentes de trabalho, do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), além do Serviço Social do Comércio (SESC), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social da Indústria (SESI), da Lei Orgânica do Ensino Comercial e da Fundação da Casa Popular (PEREIRA, 2005).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2003, p. 77), “o Serviço Social se gesta e se desenvolve, como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana”. Para os renomados autores, a questão social não é senão reflexo do processo de formação e desenvolvimento da classe operária, e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

Segundo os já referidos autores, a questão social apresenta duas faces indissociáveis:

[...] uma configurada pela questão objetiva dos trabalhadores, dada historicamente de acordo com as mudanças no modo de produção, através da apropriação do trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores em defesa de seus interesses, outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas classes dominantes, e apoiadas no e pelo poder do Estado (IBIDEM, p 79).

Após a destituição de Vargas em 1945 inicia-se o período do governo Dutra, de 1945 a 1950, conhecido como redemocratização. Em relação a aspectos sociais e econômicos pouca coisa mudou, o governo continuou a se preocupar mais com a parte econômica deixando o social de lado. O objetivo do/a assistente social neste período era de agir visando garantir ao trabalhador e sua família um nível de vida moral, físico e econômico normal, bem como o respeito às leis trabalhistas, buscando a sua correta aplicação. Era responsável por velar pela moralidade, combater o absenteísmo, o relaxamento no trabalho, promover a conciliação nos dissídios trabalhistas e procurar adaptar o trabalhador à sua função na empresa. Não devia ser a assistência ao trabalhador paternalista, pois, acreditava-se que dessa forma o mesmo poderia tornar-se arredo (IBIDEM).

Era necessário que houvesse por parte dos/as assistentes sociais, um esforço para tentar “enquadrar” o indivíduo ao meio, colaborando desta forma com o equilíbrio e harmonia social mantendo o *status quo*.

Vale frisar que os métodos usados no Brasil eram de origem americana (EUA) no que se refere ao Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Organização de Comunidade e, posteriormente, Desenvolvimento de Comunidade que visam apenas adequar o cidadão às

normas sociais. O Serviço Social em sua origem americana, denominado *Social Work* (trabalho social) foi estruturado por organizações religiosas, especialmente da Igreja Católica Romana. Nesse momento, tinha sua prática fundamentada e inspirada na providência divina, uma vez que “o trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida.” (FALEIROS, 2005, p. 88).

A prática profissional estava vinculada a atividades básicas, numa ação racionalizadora dos problemas sociais como plantões, triagens, acompanhamentos, aconselhamentos, distribuição de auxílios, socialização através de grupos e engajamento em equipes multiprofissionais, sobretudo nos trabalhos de comunidades (SILVA, 1995).

Em 1950 Vargas volta ao poder agora de forma democrática com eleições diretas com 48,73% dos votos válidos (O direito ao voto foi permitido a todos os brasileiros com mais de dezoito anos de ambos os sexos, mas os analfabetos eram proibidos a votar). Durante o período de 1930 a 1945 Vargas foi presidente e desde 1937 com a implantação do Estado Novo de forma ditatorial.

Vargas em seu novo governo cria a PETROBRAS e outras estatais visando uma política de desenvolvimento nacionalista, mas tem problemas com instituições internacionais e com empresários pelo fato de ter aumentado significativamente o salário mínimo, não aguenta as pressões (Vargas não tinha apoio nem do congresso nem da imprensa e suas medidas nacionalistas iam de encontro aos interesses das grandes nações e corporações capitalistas) se suicida em agosto de 1954 deixando uma carta testamento, seu vice Café Filho então assume (IBIDEM).

Em 1956, toma posse Juscelino Kubitschek (1956-1961), iniciando a fase conhecida como desenvolvimentista, cujo lema era “50 anos em 5”, referindo-se ao desenvolvimento econômico (IDEM, 1992).

Foi no seu governo que se criou o Plano de Metas ou Programa de Metas, que consistia em várias metas agrupadas em cinco setores: Transporte, Energia, Indústria, Educação e Alimentação. Outro marco importante foi a construção de Brasília, tida como meta-síntese (IBIDEM).

Nas eleições de 1960, Jânio da Silva Quadros foi eleito, com João Goulart na vice-presidência, assumindo o governo em janeiro de 1961. Jânio inteligentemente conseguiu passar à massa trabalhadora a imagem de um líder carismático capaz de beneficiá-la economicamente. Apresentava um estilo político diferente, com caráter populista e conservador (HELP, 1997).

A crise financeira herdada da gestão anterior, somada a um alto índice de inflação e uma dívida externa de US\$ 3,8 bilhões, exigiam do presidente esforços extraordinários. As classes trabalhadoras se manifestavam e protestavam contra o congelamento de salários e o aumento do pão e dos transportes, provocados pela retirada dos subsídios ao trigo e combustível (SILVA, 1992).

Ainda segundo Silva (1992), o Congresso Nacional e a imprensa também se opunham ao governo federal, pois este promovia uma aproximação com os governos de Cuba e União Soviética, numa postura independente, assumida pelo presidente, cujo principal objetivo econômico era a ampliação do mercado externo e consequentemente o aumento das exportações brasileiras.

Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961 por razões insuficientemente esclarecidas. Apenas escreveu uma carta onde dizia: “nesta data por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República” (ANDRADE, 1998, s.p.).

Como João Goulart encontrava-se ausente, assumiu interinamente o cargo o presidente da Câmara dos Deputados Pascoal Ranieri Mazzilli. Ao que tudo indica Jânio esperava que houvesse uma mobilização popular e militar pela sua permanência no cargo, o que de fato, não ocorreu (ALEIXO, 2001).

João Goulart assumiu a Presidência em 7 de setembro de 1961, sob regime parlamentar, tendo a difícil tarefa de governar um país em crise, com a economia em declínio, a inflação em ascensão e ainda com o equilíbrio político precário. Seu mandato foi marcado por confrontos entre diferentes políticas econômicas para o Brasil, conflitos sociais e greves urbanas e rurais. Seu governo apresentou duas fases: parlamentarista, que corresponde ao período de 1961 a 1963; presidencialista, de 1963 a 1964. Jango governou até ser destituído pelo golpe militar em 1º de abril de 1964 (MOURA, 2002)

Elaborou-se o Plano Trienal visando reformas Institucionais de Base (administrativa, bancária, fiscal e agrária), além das conquistas no campo do trabalho, como a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), do 13º salário, do salário-família para o trabalhador urbano e a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). Além da área do trabalho, outros setores também apresentaram algum avanço: no campo da educação, houve a criação da Lei de Diretrizes e Bases, do Programa de Alfabetização de Adultos (baseado no método Paulo Freire) e do Movimento de Educação de Base (MEB); na saúde, a criação de um Novo Código Sanitário,

com uma visão mais orgânica de saúde, e por fim, a política de habitação, que não mereceu grande atenção por parte do governo (PEREIRA, 2002).

Para a autora, é importante lembrar que tais conquistas se deram devido à organização e mobilização da classe operária, o que provocou a inquietação de setores conservadores e da classe média, que temiam o socialismo. Dessa forma uniram-se às forças agromercantis, a fim de agirem contra Goulart, culminando com o golpe militar de 1º de abril de 1964 (IBIDEM). A propósito o autor destaca:

[...] os processos revolucionários de transformação da sociedade, não se restringem ao somatório de transformações econômicas e rupturas políticas violentas, supõem também uma ação decisiva das superestruturas político-ideológicas, capazes de gerar um consenso relativo entre as diversas forças sociais que estão ou chegarão ao poder (GRAMSCI, 1978a apud ABREU, 1996, p. 61).

Esses aspectos não podem passar despercebidos pelo Serviço Social brasileiro, uma vez que incidem diretamente na formação e no exercício profissional. Ressalta-se que, no interior da profissão, um movimento que a tensionava foi gestado também nesse período. Chamado de Movimento de Reconceptualização, esse movimento deu bases para repensar a profissão na América Latina.

A influência desse movimento e seu desenvolvimento no Brasil é destaque no próximo item.

2.1 O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Segundo Sá (1995), quando a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) foi organizada, em fevereiro de 1946, já existiam cerca de 13 cursos de Serviço Social no Brasil, sendo que somente três participaram da fundação oficial: a Escola de Serviço Social de São Paulo, o Instituto de Serviço Social de São Paulo e o Instituto Social do Rio de Janeiro. A principal finalidade da associação era a de agregar escolas a fim de promover o intercâmbio e colaboração entre os seus membros, promover a adoção de um padrão mínimo de ensino e representar os interesses coletivos das escolas. Foi só a partir da década de 60 que teve início uma considerável expansão do Serviço Social no Brasil, inclusive em relação ao número de escolas.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2003), este período se caracterizou por debates, com tendências contestadoras e inovadoras, deixando de ser o Serviço Social uma instituição

essencialmente conservadora, passando por um processo de “modernização”. Relatam os autores:

Esse processo de revisão da profissão é uma exigência da realidade, uma vez que, para atender as demandas, torna-se indispensável a adoção de padrões e técnicas modernas que se contraponham àquilo que poderia oferecer o chamado ‘Serviço Social tradicional’. Essa modernização se caracterizará pela preocupação com o aperfeiçoamento do instrumental técnico, de metodologias de ação, da busca de padrões de eficiência, sofisticação dos modelos de análise e diagnóstico. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 364-365).

Conforme indica Netto (2005, p. 84) “o marco inicial da Reconceituação no Brasil foi o ‘1 Seminário Latino-Americano de Serviço Social’, realizado em maio de 1965, em Porto Alegre, contando com 415 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina”. Essa interpretação é corrente entre os analistas da profissão como o marco inicial do movimento de reconceituação no continente (IAMAMOTO, 2001).

Para Netto (2005), o principal mérito da Reconceituação consiste na recusa do Assistente Social em se ver não apenas como um técnico estritamente executivo, passando a reivindicar atividades de planejamento muito além dos seus níveis de intervenção atuais, devendo valorizar suas funções profissionais, o estatuto intelectual da profissão, abrindo espaço também para a inserção da pesquisa como predicado também do Serviço Social. Então tem início um processo entre os profissionais de debates, fóruns, conferências, seminários e outros eventos que culminaram no desenvolvimento da profissão como um todo.

Pereira (2005) define como tecnocrático-militar, o período que vai de 1964 a 1985, compreendendo vários subperíodos e governos, apresentando uma identificação comum com o autoritarismo e com o regime de exceção que, por vinte anos, vigorou no país.

Segundo Netto (2004, p. 25):

[...] O desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: a força bateu no campo da democracia, estabelecendo um pacto contrarrevolucionário e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como, “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa” Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira.

No período da ditadura a repressão foi feita de forma intensa com prisões arbitrárias, cassações políticas, intervenções em sindicatos e universidades e tortura. Com a instituição do AI-5, o quinto decreto institucional emitido pela ditadura militar brasileira (1964-1985) foi

considerado o mais duro golpe na democracia e deu poderes quase absolutos ao regime militar. Foi redigido pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva e entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, durante o governo de Costa e Silva. O AI-5 foi um vingança ao discurso do deputado Márcio Moreira Alves, que havia pedido ao povo que boicotasse as festividades de sete de setembro de 1968 como forma de protestar contra o governo militar (CONTREIRAS, 2005).

O novo decreto permitia ao presidente estabelecer o recesso indeterminado do Congresso Nacional e de qualquer outro órgão legislativo em esfera estadual e municipal, cassar mandatos e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos. Além disso, poderia ser realizado o confisco dos bens daqueles que fossem incriminados por corrupção. Não bastando isso, o AI-5 suspendia as garantias individuais ao permitir que o *habeas corpus* perdesse a sua aplicação legal. A partir de então, autoridades militares poderiam prender e coagir os cidadãos de forma arbitrária e violenta. Logo após a publicação do AI-5, vários jornalistas e políticos foram lançados na cadeia (COSTA, 1999).

Para Netto (2004), o golpe de abril significou entre outras coisas: uma tentativa de adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos, habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e por fim, controlar qualquer tendência revolucionária ou socialista.

Entre os anos 1960 e 1970 importantes seminários aconteceram no Brasil (Araxá, Teresópolis e Sumaré) e foram considerados marcos do Serviço Social, tiveram como consequência desenvolvimento de trabalhos científico, estudos e reflexões realizados por profissionais competentes influenciados por acontecimentos sociais e políticos. Estes eventos tinham como objetivo estimular debates e a realização de novas pesquisas e estudos buscando teorizar sobre o desenvolvimento da profissão perante a nova realidade brasileira (CBCISS, 1986 apud SILVA, 1995).

A profissão, que vinha avançando na sua perspectiva modernizadora, terminou sendo reprimida pela ditadura militar, já que esta não dava condições para o desenvolvimento de uma visão teórica mais crítica da realidade. No entanto, segundo Faleiros (2005), mesmo com a ditadura, alguns grupos de profissionais defendiam uma perspectiva de grande transformação social das estruturas de exploração e opressão das classes sociais subalternas, onde a participação social e política passassem a ser questão fundamental de transformação da sociedade e do sistema dominante.

A criação de um pensamento de vertente crítica na profissão, vinculado às lutas de classes, foi efeito de um processo histórico complexo de resistência ao imperialismo e às classes dominantes, de organização das classes subalternas e de construção de um projeto político de aliança entre intelectuais e dominados, explorados e oprimidos, lutando por mudanças sociais significativas.

Tem início então o processo de ruptura do Serviço Social com o tradicionalismo, ao poucos a profissão vai adquirindo uma postura mais crítica com pensamento baseado na filosofia materialista dialética – Marxista.

Apenas no final dos anos 1970 é que se iniciaram os primeiros sinais de abertura política. Iniciou-se o processo de decadência do regime militar, que se deu devido à crise econômica que o Brasil vinha enfrentando, aliado à má administração dos governos Médici, Geisel e Figueiredo.

Pereira (2002) argumenta que no início e meados da década de 80, aconteceu o período de transição para a democracia liberal, devido à mobilização popular; aos avanços civis e políticos; à campanha pelas “Diretas já”; a uma reorganização institucional que culminou com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte; e, por fim, a uma concepção de proteção social, onde tanto os direitos sociais quanto os políticos receberam uma atenção especial.

No entanto, essa situação não perdurou por muito tempo, pois entre 1980 e 1985, já no governo Figueiredo, houve uma forte desarticulação do esforço de desenvolvimento social, que ocorrera nos últimos três anos do governo Geisel, através da diminuição dos gastos sociais, provocando o aumento do desemprego, da pobreza, a queda real dos salários, ou seja, a restrição da capacidade governamental em apresentar respostas políticas que realmente atendessem às necessidades humanas básicas (IBIDEM).

2.2 PROCESSO DE RUPTURA DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL COM O CONSERVADORISMO.

No movimento de reconceituação, desenvolveu-se uma crítica às formas de intervenção profissional, tanto na questão de ação quanto aos seus métodos de atuação, isso devido ao caráter reprodutor das relações sociais que o Serviço Social tinha. A consciência de um exercício profissional marginal e segmentado não pode produzir impacto importante nem na profissão, nem numa perspectiva mais ampla de transformação social, por isso, a necessidade de um projeto profissional que estivesse vinculado a um projeto político coletivo

novo, visto que a atuação profissional deve ser sempre situada no contexto das relações sociais concretas de cada sociedade (ANIUAS, 1986).

A partir dos anos de 1980, institui-se, de modo mais sistemático, o debate acadêmico da profissão, marcando um processo de ruptura com o conservadorismo presente na constituição do Serviço Social. Durante esta década, o processo de rompimento com o conservadorismo gestou dentro da profissão uma cultura que reconhece a pluralidade teórico-metodológica, mas que fortalece a orientação marxista como direção hegemônica para o projeto ético-político profissional. Orientação esta que coloca como valor central os princípios de democracia, liberdade, justiça social e dignidade humana, definidos e explicitados no Código de Ética de 1993 (BRASIL, 1997), marco significativo para a profissão nos anos 90 (BOURGUIGNON, 2007).

Os anos 1980 marcam o reencontro do Serviço Social consigo mesmo, na busca do estabelecimento de novas bases para a compreensão do seu passado, das suas particularidades, de sua prática na sociedade marcada por relações antagônicas de classe, da sua relação com o Estado e com as forças da sociedade civil e de sua posição quanto às demandas sociais, cada vez mais complexas, situando-se no contexto da divisão sociotécnica do trabalho. Bourguignon (2007, s.p.) ressalta:

Ainda nesta década, o Serviço Social enfrenta questões sobre as políticas sociais, em especial quanto à consolidação de políticas públicas nas áreas da seguridade social (abarcando o tripé saúde, assistência e previdência social) e do trabalho. Estas, entre outras instâncias das políticas públicas, passam a ser pauta do debate da profissão, gerando produções acadêmicas que dão visibilidade às temáticas, bem como à ação profissional desencadeada nestas áreas. Tais preocupações contribuíram para que o Serviço Social enfrentasse, e continue enfrentando junto à sociedade civil organizada, os impasses, desafios e dilemas que a democracia, a cidadania e os direitos sociais colocam à prática social, e neste âmbito em especial, à prática do profissional do Serviço Social.

Conforme analisa Iamamoto (2001), a década de 1980 foi extremamente importante para o direcionamento ético-político do Serviço Social. As diretrizes norteadoras do projeto profissional se desdobraram no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 e na lei 8662/93 que regulamenta a profissão, consequência de discussão e construção coletiva dos/as assistentes sociais feito durante as duas últimas décadas.

Este “Serviço Social Crítico” vem moldando de forma radical a imagem que passamos a ser conhecidos na área acadêmica como produtores de conhecimento, interagindo com as outras ciências sociais e participando de maneira expressiva da formulação e implementação de políticas sociais, possuindo uma certa hegemonia na produção teórica do campo

profissional, consequência do forte investimento na pesquisa. A existência deste “Serviço Social Crítico” que hoje implementa o chamado projeto ético-político, é prova da permanente atualidade da reconceitualização como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo, mostrando que mesmo depois de cerca de 40 anos ainda continua viva (NETTO, 2005).

Atualmente a profissão possui um compromisso com valores e princípios definidos pelo Código de Ética, visando a superação da ordem burguesa, e uma direção social que tem como consequência a defesa e a ampliação dos direitos conquistados. A profissão busca a autonomia, a emancipação, a ampliação da cidadania, a diminuição da desigualdade social, etc.

O maior desafio é criar propostas que atendam as demandas sociais e para atingir nossos objetivos devemos fazer uma busca incessante de conhecimento e informação, pois um profissional alienado, numa sociedade tão dinâmica e desigual, pode levar a uma prática conservadora, reprodutora da ordem dominante.

2.3 REDEMOCRATIZAÇÃO (NOVA REPÚBLICA)

Após mais de 20 anos de regime militar ditatorial, Tancredo Neves é eleito presidente através de eleições indiretas, mas o mesmo não toma posse falecendo e em seu lugar toma posse José Sarney (SILVA, 1992).

Este governo não obteve sucesso na área econômica com planos que não deram certo (Cruzado, Verão) e só aumentaram a inflação prejudicando as massas mais necessitadas, mas este período foi muito importante, pois houve a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, e tanto os direitos sociais quanto as políticas concretizadoras desses direitos receberam atenção especial.

Pela primeira vez na história política do país, houve a inclusão da assistência social numa Constituição Federal, na condição de componente do Sistema de Seguridade Social de direito e cidadania. Em 5 de outubro de 1988, finalmente, foi promulgada a nova Constituição Federal, que embora apresentasse um cunho conservador, representava significativas mudanças sociais e políticas no Brasil (PEREIRA, 2005).

Em 1989, pela primeira vez em 29 anos, o presidente foi eleito diretamente pelo povo. Em março de 1990, Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência ganhando uma eleição acirrada sobre Luiz Inácio Lula da Silva no 2º turno. Collor surgiu como o salvador da pátria. Lançou o ousado Plano Collor (confisco da poupança), que inicialmente reduziu

consideravelmente a taxa inflacionária, causando expectativa, porém, em dois anos o Plano fracassou e a inflação encontrava-se no patamar de 21% ao mês (SILVA, 1992).

Collor não conseguiu combater a inflação e ainda recebeu várias acusações de corrupção por parte do seu governo. Na economia adotou medidas liberalizantes de integração da economia nacional com a internacional (abertura do mercado para importações), tais como a suspensão de barreiras tarifárias para compras no exterior, desregulamentação das atividades econômicas, privatizações das empresas estatais, etc.

O descontentamento da maioria dos brasileiros com a ineficiência e corrupção, fez com que, em 1992, acontecesse o impeachment de Collor, e o vice-presidente Itamar Franco assumisse a direção do governo (PEREIRA, 2005).

Segundo Pereira (2002), Itamar defrontou-se com um cenário de estagnação e destruição do sistema de proteção social construído desde os anos 1930. Mesmo assim conseguiu controlar a inflação por meio do Plano Real, adotando o Real como nova moeda, atrelando artificialmente a cotação desta com o dólar. Outros feitos sociais que mereceram destaque foram: a aprovação em dezembro de 1993, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); a readmissão de vários funcionários públicos demitidos por Collor; e a criação do Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida (PCFMV), que não conseguiu atingir os objetivos pretendidos.

Com o fim do mandato de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente, para o período de 1995-1998, sendo reeleito em 1998. A maior conquista de Fernando Henrique Cardoso foi a vitória contra a inflação, e deveria ser mantida a qualquer custo. Mas começaram a surgir as consequências negativas, como por exemplo: o fato de que o governo não criava condições para as empresas nacionais concorrerem com o mercado externo; a manutenção do real sobrevalorizado em relação ao dólar fazia com que os produtos estrangeiros fossem baratos no Brasil; o desequilíbrio das contas externas; a manutenção da alta taxa de juros, dentre outros aspectos (MOURA, 2002).

Para Pereira (2005), a preocupação com a estabilidade da moeda e com a reeleição à Presidência da República desviou ainda mais a atenção do governo, o que contribuiu para aumentar os problemas econômicos e sociais. Para não dizer que a área social ficou completamente esquecida, FHC criou o Programa Comunidade Solidária, como estratégia de combate à pobreza, que ironicamente acabou por reeditar ações assistencialistas da Legião Brasileira de Assistência, fruto da era Vargas.

No governo de FHC houve o agravamento do desemprego e da pobreza, adotou-se um salário mínimo que não acompanhava nem mesmo os níveis salariais de seus parceiros do

Mercosul. Outra atitude foi a apresentação de um projeto de flexibilização das leis trabalhistas, provocando degradação das condições de vida dos trabalhadores e a um aumento da precarização do trabalho e da seguridade social. Tratava-se, conforme Pereira (2002) indica, de um governo anti-social, que ao aderir à ala mais fundamentalista do neoliberalismo, não se preocupou sequer em garantir o mínimo de proteção social.

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito. Pela primeira vez na história política do país, um representante da classe trabalhadora, pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT), ocupa a Presidência.

Lula mantém a política econômica neoliberal de seu antecessor. Segundo Lesbaupin (2006), as políticas sociais são compensatórias. Como sugere o Banco Mundial, elas não desenvolvem o país, mas impedem sua população pobre de morrer de fome, evitando ao mesmo tempo o risco de convulsão social e mantêm a aparência de que o governo se interessa pelo povo, quando seu interesse real está voltado para o capital financeiro.

No que toca ao acesso à direitos, ressalta-se a confirmação da Política de Assistência Social como, de fato, uma política pública, tal qual prevista na Constituição de 1988, e, ainda que passados 11 anos da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/93).

Em 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é aprovada em apresentando as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio-territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção (FREITAS, 2007).

Em julho de 2005, foi publicada a Norma Operacional Básica, edificando as bases para a implantação do SUAS (Sistema Único de Serviço Social). O SUAS deve regular, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público, sob critério universal e lógico de ação em rede hierarquizada e articulada com iniciativas da sociedade civil (IBIDEM).

O marco oficial para a implantação do Sistema foi 14 julho de 2005, quando o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Norma Operacional Básica (NOB) do SUAS, estabelecendo um conjunto de regras que disciplinam a operacionalização

da assistência social e a transição do antigo para o novo modelo. Os repasses que o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) fez, a partir de setembro de 2006, estão dentro das novas regras, assim como a expansão das metas dos programas (FREITAS, 2007).

O Sistema Único integra uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com ações voltadas para o fortalecimento da família. Baseado em critérios e procedimentos transparentes, altera fundamentalmente operações como o repasse de recursos federais para estados, municípios e Distrito Federal; a prestação de contas e o modo como serviços e municípios estão hoje articulados (IBIDEM).

Mas o carro chefe de Lula em relação ao social foi o programa Bolsa Família, criado por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. A finalidade do programa, que atende cerca de 12,4 milhões de habitantes, é a transferência direta de renda do governo para famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R\$ 69,01 e R\$ 137,00) e em extrema miséria (renda mensal por pessoa de até R\$ 69,00).

O programa foi uma reformulação de antigos programas criados na época de FHC, que tinha uma abrangência de 5,1 milhões de famílias. Existem preocupações de que o programa seja uma forma de comprar votos, de que não há controle rígido contra fraudes e de que se corre o risco de tornar-se uma fonte de renda permanente para os beneficiados.

Apesar disso, o Bolsa Família também é elogiado por especialistas pelo fato de ser um complemento financeiro para amenizar a fome das famílias em situação financeira precária. É apontado também como um dos fatores que propiciaram às famílias das classes mais pobres o consumo maior de produtos, o que beneficia a economia do país¹.

Se o Governo Lula cimenta a Política de Assistência Social, no que toca à Previdência Social e à Saúde, que integram a Seguridade Social no Brasil, os ajustes dão-se no sentido da privatização e na confirmação da onda Neoliberal presente desde o Governo Collor.

Outra característica que marca o governo de Lula é a participação das lideranças dos movimentos sociais nos espaços institucionais. Esta inclusão foi realizada pelo governo, para que se pudessem cooptar os mesmos, fazendo com que os movimentos não tenham uma visão crítica ao governo (GRABRIELLE, 2016).

No entanto, ainda existem alguns setores dos movimentos sociais que continuam resistindo, como CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), e ANEL (Assembleia Nacional

¹ Informação retirada do site https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Lula_em_2016.

dos Estudantes Livre), intersindical, etc, entidades que organizam trabalhadores e estudantes para a luta frente às políticas implementadas pelo governo (GRABRIELLE, 2016).

Lula no seu governo consegue controlar a camada mais mobilizada da classe trabalhadora e a aprovação das camadas mais necessitadas, com a finalidade de desenvolver no plano político, medidas que não tem nenhum comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, classe esta que o originou.

Neste governo, encontramos é uma servidão ao capital, com vários ataques aos direitos da classe trabalhadora, visando manter a hegemonia burguesa.

Mas existe uma melhoria de vida significativa das camadas sociais mais pauperizadas, o que leva a mesma a um certo conformismo. Outro fato determinante que se soma ao anterior é o controle dos movimentos, que se associam ao governo para que suas demandas sejam minimamente atendidas.

A eleição de Lula parecia o surgimento de um governo que pudesse abrir as portas para uma mudança na história política nacional apenas mostrou ser capaz de dar respostas satisfatórias a burguesia, que via em sua vitória o caminho para a saída da crise do capital, atrelando-se a mecanismos e grupos internacionais e obtendo o consenso e conformismo dos trabalhadores.

Desta forma o sistema vigente vai perpetuando e mantendo-se no poder, almejando desmobilizar as lutas com uma falsa ideia de crescimento econômico e social, paralisando assim grupos que antes incorporavam a luta por direitos e que agora não se percebem parte deste processo.

O governo Lula que sai vitorioso, e entra no poder com um possível gostinho de mudança para os trabalhadores, mostra em suas atitudes nada mais do que produzir e reproduzir condições favoráveis para perpetuação de uma lógica perversa e desigual, onde mais uma vez quem sofre diretamente as inflexões deste cenário é a classe trabalhadora (IBIDEM).

Os rebatimentos da política econômica em todas as políticas sociais que, em sua maioria servem às propostas de privatização, são elementos importantes para o foco da pesquisa no Serviço Social, que é tema do capítulo a seguir.

3 CAPÍTULO 02: PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL

A escolha deste tema provoca a necessidade de (re)conhecer no Serviço Social a pesquisa como trabalho, constituinte e constitutiva, subsídio para a apreensão da realidade e a construção de conhecimento científico na profissão, a partir de uma leitura crítica de todo o processo histórico que a profissão participa.

Conforme salienta Demo (2000), a pesquisa se define, sobretudo pela capacidade de questionamento, que não admite resultados definitivos, estabelecendo a provisoriedade metódica como fonte principal da renovação científica. Para o autor, pesquisar é sempre dialogar, no sentido de produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro, dentro de um aspecto comunicativo, sendo que quem não pesquisa apenas reproduz ou apenas escuta.

Colocar o conhecimento como algo transformador é processo político de conquista, de criação, de construção, que depende da qualidade política dos pesquisadores no contexto social (IBIDEM).

Cardoso (1998), ao refletir sobre exigências e desafios da pesquisa na formação do/a assistente social, ressaltou que a pesquisa se insere na formação profissional do/a Assistente Social como uma exigência no processo de superação do pragmatismo, marcante na história de sua prática profissional e que ainda se faz presente na contemporaneidade.

A pesquisa está vinculada à emergência de um novo tipo de sociedade, ou seja, capitalista, que inaugura e legitima uma modalidade de conhecimento “erudito”, o científico, que forja condições específicas para a formação de profissionais, atribuindo-lhes autoridade para explicar e apreender os fenômenos sociais. Neste contexto surge o Serviço Social como profissão para intervir nas sequelas da questão social, oriundas do conflito entre capital e trabalho (KAMEYAMA, 1998).

Sá (1995, p. 44) transcreve:

O processo de conhecimento corresponde ao produto da atividade do homem sobre a realidade objetiva e material, no sentido de transformá-la, daí a denominação de modelo objetivo-ativista. Não se trata, portanto, de um ativismo pedagógico, mas da práxis, da interação teoria-prática, ação-reflexão, da atividade prática concreta. O sujeito da relação cognitiva é um ser concreto, o ser das relações sociais, o ser sempre ativo que introduz algo de si no conhecimento, que é, por conseguinte, um processo subjetivo-objetivo, visando a verdade absoluta mediante a acumulação das verdades relativas.

O procedimento científico na realidade histórica é, concomitantemente, aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia e elaboração de uma norma, sabendo que o

que é produzido agora, não é acrescentado instantaneamente ao que já foi produzido, mas cria novas condições que tornarão possível uma produção futura.

O conhecimento científico não deve ser a ampliação de uma visão instintiva do mundo, nem a formulação pouco sofisticada do que se oferece à percepção. Não existe um momento em que se pode dizer que a construção do objeto está acabada e que a fase da análise começa.

Na realidade a construção prossegue, numa operação contínua, nunca acabada, pois a partir do momento em que se consegue construir algo, surgem novos problemas (VIEIRA et al, 1986).

Para entender a história da pesquisa na profissão, da sua origem até atualidade é necessário uma retrospectiva sobre a evolução das bases doutrinárias adotadas pelo serviço social durante o processo de implantação e inscrição na divisão sócio-técnica do trabalho.

Conforme Silva e Silva (1995), o Serviço Social se institucionaliza como profissão quando o capitalismo industrial se consolida a nível global no século XIX, nas décadas de 1920 e 1930 do século XX no Brasil, com a hegemonia do capital industrial sobre o comercial, visando responder às classes subalternas, mediando os conflitos sociais decorrente da industrialização, mantendo a ordem vigente, por iniciativas dos grupos dominantes e por intermédio da Igreja Católica.

Durante Revolução de 1930, Vargas estimula o desenvolvimento industrial e a instalação de política econômica protecionista. A igreja conquistava resultados significativos, nesse mesmo momento, com a aprovação da Constituição de 1934 com fortes influências do catolicismo.

Para Carvalho (1981 apud CASTRO, 2000, p. 98), a constituição de 1934 foi favorável à igreja:

Além de reconhecimento explícito do catolicismo como religião oficial, da indissolubilidade do matrimônio com a validação do casamento religioso pela lei, ela garantia o acesso a igreja a educação pública e a todas as instituições de interesse coletivo. Garantia, pois, a institucionalização de alguns dos seus princípios fundamentais e posição no aparelho de Estado essencial a sua função de controle social e político.

Desde então a igreja tornou-se bastante influente e o Serviço Social atuava juntamente às entidades religiosas reproduzindo as doutrinas da ação social cristã e da assistência pública do Estado, com caráter humanitário e filantrópico, prolongamento da Ação Católica, regulado

em pensamentos teóricos da linha tradicional e ortodoxa do neotomismo, fundamentada na Doutrina Social da Igreja e da Ética.

A formação profissional dos/as assistentes sociais tem como base influência europeia, através do curso Centro de Estudos e de Ação Social CEAS, fundamentado nos princípios neotomista e nos ensinamentos cristãos (SILVA, 1995).

As escolas nasciam com forte influência da igreja católica, a igreja buscava promover a reintegração social, e este trabalho era desenvolvido pelos assistentes sociais, visando responder às questões sociais que surgiam com movimentos dos operários. O Serviço Social atuava numa trama complexa de articulação da burguesia, sua prática se caracterizava como um agente alienador das massas.

Martinelli (1997), enfatiza que com o Estado Novo, o Serviço Social iniciou sua trajetória de profissionalização.

A identidade fortemente arraigada na imediatividade, nas respostas espontâneas e alienantes, acabou por produzir práticas de dominação da classe burguesa, com o objetivo de ajuste ideológico junto à ação cristianizadora das décadas de 1930 e 1940, estratégias da burguesia para manutenção da ordem. Assim, vinculada ao modelo Franco Belga, a formação profissional se limitou a capacitação essencialmente pessoal e moral (MARTINELLI, 1997).

No Brasil, o Serviço Social passou a receber influência norte-americana, através de bolsas de estudos resultantes dos convênios entre Getúlio Vargas e o governo dos Estados Unidos.

Conforme Silva e Silva (1995), a influência dos EUA vinculava-se à construção de uma metodologia de ação eficaz no trabalho social, direcionando-se a uma visão harmônica de sociedade e de neutralidade das ciências, jamais de enfrentamento.

Para a autora, metodologicamente os estudos não se centravam na estrutura global a partir de uma perspectiva histórica, mas sim, em comportamentos individuais, assumindo o empirismo como tendência dominante, cuja exigência limita-se a procedimentos técnicos como entrevista e observação.

Nossa formação profissional dava bastante destaque à instrumentalização, com a valorização de técnicas e métodos, deslocando-se do eixo neotomista para o pressuposto funcionalista da sociologia.

Nos anos 1960 as Escolas de Serviço Social começaram a integrar-se aos centros universitários como resultado da Reforma Universitária, respaldados em pressupostos técnicos do positivismo. Ainda sob a influência dos EUA, desenvolveu os métodos de Serviço

Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Organização de Comunidade e Desenvolvimento de Comunidade.

Silva e Silva (1995), explica que esta influência na América Latina para articular-se ao capitalismo tentou superar o voluntarismo, e a profissão no contexto das grandes transformações desenvolvimentistas, tem buscado o aperfeiçoamento técnico e instrumental de intervenção, proporcionados pela expansão do capitalismo industrial.

Para a autora, nas décadas de 1950 e 1960, verificou-se um importante avanço na formação profissional com bases científicas, através da tecnificação da profissão e da capacitação de mão-de-obra que executasse programas sociais, e atendessem às novas necessidades, com proposta de transformação da sociedade.

A necessidade da pesquisa passa a ser imperiosa em razão da própria condição, o caráter universitário, que tem no seu escopo a interrelação entre ensino-pesquisa-extensão. Ademais, a profissão, se antes considerada na sua característica interventiva (como os já mencionados métodos sugerem) passa a ter na pesquisa um respaldo, inclusive pela necessidade da pós-graduação.

3.2 A PESQUISA E A BUSCA PELA SUPERAÇÃO DO CONSERVADORISMO.

A década de 1960, no Brasil, foi marcada por movimentos de rua, e as organizações populares cresciam, em mobilizações que lutavam contra a ditadura instituída pelo golpe militar de 1964 (MARTINELLI, 1997).

O agravamento do quadro político nacional proporcionava ao Serviço Social uma atuação baseada em doutrina de caráter conservador, alienante, incapaz de somar esforços para construção e preservação de espaço democrático em uma sociedade oprimida pela ditadura militar (IBIDEM).

O conservadorismo representava não apenas uma continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constituídas de herança intelectual europeia do século XIX, mas idéias que explicavam a manutenção da ordem capitalista (IAMAMOTO, 1997). A partir de 1964, surgiram novas exigências para a categoria do Serviço Social, decorrentes do modelo de produção capitalista monopolista.

Segundo a autora, o quadro político e econômico do país levou a uma interpretação de ambiguidade, por apresentar a questão econômica como responsável pelos problemas assistencialistas e, de outro lado, os direitos e conquistas da classe trabalhadora assumiram a visão de concessões e benefícios, reafirmando a atuação do Serviço Social na manutenção dos

interesses da classe dominante, negando qualquer ação crítica que levasse à alteração do sistema (IAMAMOTO, 1997).

O processo histórico do Serviço Social foi marcado pela fragilidade da consciência social da categoria. Estigmatizada pela identidade que até então foi atribuída pelo modelo capitalista da atuação imediatista e compensatória, na manutenção dos interesses dominantes, a profissão pouco evoluiu no processo organizativo (MARTINELLI, 1997). Somente a partir de 1965, com o amadurecimento político, iniciou-se o Movimento de Reconceituação.

Martinelli (1997, p. 144) cita análise de Marx e Engels, quanto a idéias revolucionárias:

[...] “a existência de idéias revolucionárias numa determinada época já pressupõe a existência de uma classe revolucionária” (Marx e Engels, 1984: 73), o que, além de impulsionar o Movimento de Reconceituação, determinava também a expansão da base crítica da categoria profissional. Esta, bastante marcada ainda pelo signo da alienação, encontrava-se envolvida por uma prática que, enquanto generalidade abstrata, se consumia na simples imediatividade, consumindo, na mesma medida, a consciência daqueles agentes que conseguiam se aperceber da reificação e se revoltar contra suas amarras.

A prática tradicional permanecia na ativa, respondendo às demandas institucionais à sua maneira, porém o Movimento Dialético manifestava-se como alternativa viável e necessária à profissão e ao meio social, sendo apresentado com um posicionamento crítico diante dos problemas da sociedade, visando à busca do conhecimento científico que explicasse a realidade na sua complexidade, em que as relações sociais são estabelecidas como intuito de intervir nas expressões sociais, contribuindo com a construção de nova ordem societária (IBIDEM).

A tomada de consciência da categoria fecundou a dimensão da identidade profissional, determinando um novo percurso e buscando maior aproximação com a classe popular. A profissão, sendo uma categoria de atuação junto aos setores mais necessitados, através de atendimento, tecnificação e pragmatismo, contribuiu com elementos importantes para a ruptura conservadora.

Para Martinelli (1997), foi neste momento que o Serviço Social extrapolou os limites institucionais, impondo-se como produtor de conhecimento e da realização da pesquisa como auxílio para entender as novas exigências que são impostas para sua intervenção.

O Serviço Social passa a entender a necessidade, de produzir conhecimento em termos de pesquisa, visando dar sustentabilidade às suas intervenções profissionais, diante da complexidade das relações sociais, e com o objetivo de responder com eficiência às

exigências sociais, representando significativo avanço da prática social, não hegemônica, porém reconhecida pela coletividade da categoria, iniciando-se, assim, o Movimento de Reconceituação.

Segundo Aguiar (1995), os Seminários de Teresópolis e Araxá significaram um momento de estudo, reflexão e teorização da metodologia do Serviço Social, sendo de extrema importância para o processo de evolução do conhecimento na profissão. Estes encontros foram marcados pela reunião de várias entidades institucionais interessadas em rever a formação e atuação profissional, propondo novas direções para a profissão.

Desses movimentos herdamos três documentos importantíssimos: Araxá em 1967, Sumaré em 1978 e Teresópolis em 1970. Documentos que buscaram bases metodológicas de ação, nesses documentos os assistentes sociais se reuniram buscando um norte para sua atuação. Foi como uma bússola para guiar seus objetivos e missão. Assistentes Sociais de várias partes do Brasil se reuniram para buscar novos parâmetros, repensar suas atuações e as naturezas reais das questões. Era um momento de autocrítica para os profissionais.

O Documento de Araxá representou um grande avanço para a categoria dos assistentes sociais, na elaboração gradativa de um novo projeto para a profissão, vinculado ao ideário da classe trabalhadora, pois como já mencionado, a profissão, ao longo de sua formação e atuação, foi marcada por um posicionamento profissional embasado no conservadorismo tradicional, vinculado às doutrinas da igreja católica em seus primórdios (AGUIAR, 1995).

Para o autor o documento nasce com indagação da natureza de atuação dos profissionais de Serviço Social, quanto a sua teoria face às pungentes mudanças da realidade do país. Visando superar o Serviço Social tradicional pautado no funcionalismo, o documento buscou por uma perspectiva dialética inseri-lo em um contexto liberal, reconhecendo a sociedade numa estruturação de desigualdade social, à qual o Serviço Social legitimava-se em sua atuação, buscando o aperfeiçoamento das bases doutrinárias que até então o orientaram, através da cientificidade e racionalidade.

O Documento de Teresópolis é uma continuação de Araxá e busca aplicar uma perspectiva modernizadora e instrumentalizar o profissional do Serviço Social para lidar com as problemáticas em um cenário de Ditadura e suas demandas.

Já Sumaré acontece no ano de 1978 com mais de 200 profissionais reunidos, com o objetivo principal de dar continuidade ao estudo da teorização do Serviço Social, que teve início em Araxá. Também fica decidido em Sumaré que o documento de Araxá não sofreria alterações devido sua importância histórica. Em Sumaré três assuntos principais são levantados, a cientificidade, fenomenologia e dialética.

3.2 A PESQUISA E O AVANÇO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA.

A pesquisa na profissão teve um grande avanço nas décadas de 1970 e 1980 com as conferências, seminários, congressos, cursos de: pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado. Com o processo de ruptura e a adoção de uma filosofia teórica crítica baseada no Marxismo, o Serviço Social passou a ter compromisso com o código de ética cujos valores e princípios são de suma importância para o seu direcionamento profissional.

O Movimento de Reconceituação foi um salto qualitativo para a profissão no processo de ruptura teórica, metodológica, prática e ideológica, visando a superação da dicotomia teoria-prática, tendo como base a compreensão estrutural, sendo que no país teve suas particularidades, pois além de representar traços específicos da América Latina, numa perspectiva desenvolvimentista que iniciou-se em 1965, no I Seminário Regional Latino Americano, consolidado em 1967 no encontro de Araxá, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social- CBCISS- (SILVA, 1995).

O esforço dos assistentes sociais em romper com o conservadorismo na profissão no período da ditadura militar proporcionou bastantes avanços no quadro organizacional da profissão, levando o assistente social a se iniciar na pesquisa histórica, unindo crítica teórica rigorosa a um esforço em articular a crítica do conhecimento, a história e a profissão.

Foi neste cenário político e econômico que a profissão adentrou nos anos 1970 sob propostas marxistas, responsáveis pela contribuição decisiva do processo de ruptura teórica e prática com o tradicionalismo.

O encontro da profissão com as ideias marxistas foi feito através de práticas político-partidárias, vinculada à questão estrutural do modelo econômico capitalista e pelo conhecimento crítico-dialético que foi usado como fundamento pelos profissionais.

Por isso nota-se que a ruptura com o conservadorismo foi sendo construída em um contexto de conquistas e propostas do movimento de reconceituação.

Existe um compromisso dos pesquisadores com um projeto que reconheça o conhecimento como instrumento fundamental na construção dos caminhos que a humanidade deve seguir, podendo estar fundada em um processo de competência técnica, criativa e crítica, sendo que a competência técnica requer método científico e rigor filosófico; a crítica implica em entender que a produção de conhecimento vai além da relação sujeito/objeto, envolvendo relações socioeconômicas e culturais; sendo que a criatividade tem a ver com as condições do pesquisador, requer autonomia e liberdade (SILVA et al, 2005).

Apesar do avanço da pesquisa no Serviço Social, ainda existem muitas barreiras. De acordo com Baptista (2001, p. 66):

[...] um elemento complicador, é o fato do Serviço Social se dar no real, ter uma realidade objetiva e uma base empírica, que é resultado presente provisório do processo histórico, intelectual e sócio-institucional, de legitimação de uma construção social particular da realidade, a institucionalização de uma profissão para cumprir funções determinadas na divisão sócio-técnica do trabalho. Essa institucionalização realiza-se num contexto específico de relações sociais e as transformações que nela vem ocorrendo fazem-se à medida que se instrumentaliza para oferecer respostas aos desafios que lhe vão sendo colocados pelas novas configurações dessas relações.

Conforme argumenta Netto (1998), não se pode dotar o profissional de uma perspectiva crítico-investigativa, apenas capacitando-o com instrumentais de pesquisa a serem ministrados. Deve-se integrar a lógica da articulação teoria/realidade. É importante capacitá-lo para a valorização do empírico, construindo um diálogo com conceitos, e dotá-lo de uma perspectiva que complemente a criatividade e a construção do universal a partir do particular.

Segundo Demo (2000), a pesquisa pode apresentar contornos muito próprios e desafiadores, a começar pelo reconhecimento de que o melhor saber é aquele que sabe superar-se, e que o caminho emancipatório não pode vir de fora, imposto ou doado, mas sim como uma conquista de dentro, ou seja, uma construção própria.

Quando se busca a compreensão da totalidade social, as profissões das áreas de Ciências Humanas e Sociais são desafiadas a estabelecerem uma interlocução que ultrapasse os limites formais de sua respectiva. A interdisciplinaridade é uma direção na constituição dos debates nas academias em geral e, em específico, no Serviço Social, como uma especialização das Ciências Sociais.

Para Figueiredo (1988, p.29 apud KAMEYAMA, 1998, p. 35):

A fase de expansão e consolidação institucional das Ciências Sociais brasileiras começa no início dos anos 60 e torna-se mais vigorosa a partir de 1966, quando as agências de fomento à pesquisa iniciam as suas operações institucionais junto à comunidade de Ciências Sociais através de convênios, particularmente com a Universidade Federal de Minas Gerais, visando apoiar e desenvolver o ensino e a pesquisa na área de Ciências Política.

Conforme ressalta Kameyama (1998), a área da Ciência Social neste período tem pouco incentivo quanto à realização de pesquisa decorrente do recente caráter da mesma, do questionamento, da cientificidade dos ramos tradicionais, entre outros fatores, sendo que a ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), o CEDEPSS (Centro de

Documentação em Políticas Sociais e Serviço Social) e os órgãos acadêmicos, assumiram uma nova visão na formação profissional, estimulando a realização da pesquisa, baseada em três dimensões do projeto educacional: docência teórico-prática, pesquisa e extensão.

Kameyama (1998), ao analisar a produção do conhecimento, transcreve algumas das deficiências mais frequentes no que se refere à pesquisa no Serviço Social:

Dificuldade de identificar o objeto de pesquisa e construí-lo com base nas sucessivas abstrações, que a partir da realidade, permite ir gradualmente precisando, delimitando e particularizando o objeto.

Quando o objeto não é delimitado, o pesquisador sente dificuldades para elaborar e construir seu quadro conceitual, esta dificuldade é característica das pesquisas vinculadas às práticas profissionais em instituições ou movimentos sociais.

Dificuldade em realizar a mediação entre a universalidade, singularidade e a particularidade.

O fato de muitas pesquisas teóricas ficarem no nível de sistematização bibliográfica, que pode ser considerado um momento pré-teórico.

Tendência ao pragmatismo. É necessário considerar que a investigação social é instrumento para a transformação social, isto é, contribui para a transformação, mas não a realiza, porque não é sua função específica.

Pesquisas de caráter isolado e que abordam universos muito limitados e particulares, onde os resultados não podem ser generalizados, o que não contribui para o aprofundamento e complementação do conhecimento sobre o tema.

O rebatimento tardio de temas da área do Serviço Social faz com que os pesquisadores utilizem a bibliografia dos autores das áreas de Ciências Sociais, sem a preocupação de buscar as fontes em que os mesmos se basearam.

Tendência à utilização do método qualitativo, considerando o método quantitativo de caráter positivista, ou por ter pouco domínio sobre os conhecimentos de estatística.

Amplitude das áreas temáticas, o que provoca dispersão e fragmentação dos conhecimentos.

A inexistência de uma política coerente de pesquisa, no sentido de definir prioridades e objetivos, considerando as necessidades da área, o que acarreta falta de relevância dos temas.

Já Baptista (2001, p. 88), destaca, que:

[...] O conhecimento do Serviço Social detém as mesmas características do todo do qual é uma particularidade: é uma totalidade estrutural, parcial, histórica, complexa, com dominantes. Nós não temos um único Serviço Social. Temos um conhecimento do Serviço Social que é complexo, diferenciado, o qual, historicamente, sofre a dominação de determinados modos de pensamento.

Para o assistente social, a pesquisa de situações concretas constitui o objeto de seu trabalho, é o caminho necessário para a compreensão dos fenômenos locais particulares com os quais lida no seu cotidiano, alimentando a elaboração de propostas fincadas na realidade e capazes de acionar possibilidades de mudança nela existente. Decifrar processos sociais, tanto em determinações gerais como em suas expressões particulares, é também requisito necessário, para se superar a defasagem entre um discurso teórico genérico sobre a sociedade capitalista e os fenômenos sociais singulares, traduzida no reincidente reclamo da dicotomia entre teoria e prática (IAMAMOTO, 2001).

A pesquisa se insere na formação do Assistente Social como uma exigência no processo de superação do pragmatismo, marcante na história da prática do Serviço Social e que ainda se faz presente na contemporaneidade. A apresentação de uma postura investigativa permanente é uma exigência fundamental na formação e atuação profissional, sendo a pesquisa, essencialmente, o desenvolvimento de processos globais e sistemáticos de produção de conhecimento (CARDOSO, 1998).

Foi nos anos 1970 que a profissão começou seu caminho como produtora de conhecimento científico através da pesquisa. Foi um momento importante para isto porque o serviço social apesar de constituir-se como uma profissão pertencente às Ciências Sociais, até então, pouco tinha dedicado-se à pesquisa devido principalmente à identidade que lhe foi atribuída pela classe dominante, impossibilitando maiores avanços científicos.

Para a profissão, somente nos anos 1980 e 1990 iniciou-se um expressivo incentivo à realização de pesquisa, através de concessões de bolsa de estudo para aperfeiçoamento científico, mas só em 1988 a pesquisa alcançou maior visibilidade através da consolidação dos direitos sociais, garantida pela Carta Magna.

Para a profissão tanto na área acadêmica quanto na área de intervenção profissional, é imperativo a utilização da pesquisa como instrumento científico que permita sistematizar o conhecimento dos fatos que oriente direções para a atuação do/a assistente social.

Rodrigues (1995), destaca ser fato que, mesmo com todo esse avanço, a introdução da pesquisa na profissão ainda vem sendo feita de maneira morosa e penosa. O reconhecimento como ciência na área acadêmica, a falta de tradição e de interesse específico pela formação de pesquisadores, assim como a escassez de recursos disponíveis, mostram que, infelizmente a

pesquisa na área ainda é fraca, desarticulada e inexpressiva, sendo que além destes problemas, outro é a falta de profissionais preparados para a sua realização.

Demo (2000), ressalta que o trabalho pessoal de pesquisa encontra expressão própria no desafio de assumir um tema para elaborar e defender, mesmo que possa restringir-se à produção teórica. Para o autor, na luta pela valorização profissional deve haver o compromisso com a pesquisa, no sentido da coerência emancipatória, que é o núcleo mais digno da educação.

Cardoso (1998, p. 28), acentua:

A formação profissional do Assistente Social é um processo amplo, determinado socialmente no conjunto das relações mais gerais de uma dada formação social e no contexto contraditório da Universidade enquanto espaço institucional onde se concretiza a formação básica do profissional. É um projeto que abrange na sua estrutura: a formação acadêmica (graduação e pós-graduação); a capacitação permanente de docentes e profissionais não-docentes; a prática profissional; a prática organizativa do Assistente Social e a pesquisa como instrumento na definição e redefinição desse projeto de formação.

Conforme destaca a autora, para a formação de profissionais com este perfil, a pesquisa deve ser elemento imprescindível, tanto como postura permanente de investigação na dinâmica do conjunto de disciplinas e demais componentes curriculares do curso de Serviço Social como no desenvolvimento de processos globais e sistemáticos de pesquisas que possam garantir a iniciação científica e formação de posturas investigativas do corpo discente, além da consolidação do processo de formação de pesquisadores docentes e de profissionais não docentes envolvidos na formação profissional (IBIDEM).

Outro problema, conforme Silva e Silva (1995), trata-se da privatização do ensino superior brasileiro que, segundo os autores, representa grande ameaça ao desenvolvimento de um ensino crítico, devido à subserviência dessas instituições às propostas econômicas, sociais e políticas do Golpe de 1964, além da lógica empresarial que as rege, podendo-se destacar a massificação do ensino em salas de aula super lotadas, mecanismos de controle de professores e alunos, proletarização do professorado e de um ensino desenvolvido a partir da reprodução de um saber acumulado.

Segundo os autores autora, há uma tentativa de romper com o modelo de formação profissional onde o aluno é colocado como agente passivo, tendo a aula como esquema pedagógico fundamental, o que permite ao mesmo habilidade em manejar um instrumental técnico, sem lhe oferecer, porém, esquemas de análise que permitam compreender a realidade global no seu movimento estrutural e conjuntural.

Tal modelo de ensino resulta em profissionais obedientes ao sistema, “neutros” por convicção e incapazes de perceberem a repercussão da prática profissional, sendo estes meros repetidores de fórmulas e alienados aos problemas enfrentados pelas massas (SILVA, 1995).

A qualidade do ensino superior hoje requer a indissociável integração entre ensino, pesquisa e extensão, não somente como princípio, mas como realidade efetiva na construção do projeto acadêmico-pedagógico do curso. Isso faz com que haja espírito crítico, através de formas vivas e dinâmicas de apropriação e elaboração de conhecimento por parte dos docentes e discentes, possibilitando aliar o trabalho rigoroso, requerido pela produção intelectual, ao prazer da experiência criadora, fertilizada pela convivência democrática na comunidade acadêmica e na interlocução com a sociedade (IAMAMOTO, 2001).

O Serviço Social, quanto à consolidação do projeto ético-político que orienta e direciona o trabalho profissional e o processo de formação do assistente social, supõe uma formação generalista, sólida, sempre pautada pela crítica social e pela competência teórico-metodológica e operativa, pelas Diretrizes Curriculares, pela teleologia do Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão (SILVA et al, 2005).

No que se refere aos projetos de pesquisa, no campo da atuação profissional na área da educação, estes são mais escassos, talvez pela pouca inserção do profissional nesta área, diferentemente dos países como Estados Unidos, Reino Unido e França. No entanto, existem projetos sobre a sistematização da prática do assistente social em centros de formação profissional na área de educação e tecnologia, bem como a atuação do Serviço Social em projetos de educação escolar no âmbito da extensão universitária (IBIDEM).

De acordo com Menezes (1996), a formação humana torna-se mais eficaz, se estiver fundada em atividades individuais e coletivas dos educandos, e quanto mais envolverem e desenvolverem os valores humanos, através de percepção e sensibilidade, das habilidades físicas, social-afetivas, artísticas, não só as cognitivas, de raciocínio ou de atenção, pois, no que se refere à formação profissional, ou seja, à capacitação para se realizar determinadas atividades práticas, torna-se necessário uma real intimidade com o fazer concreto de cada profissão.

3.3 NOVAS PROPOSTAS DE DIRETRIZES CURRICULARES

Segundo Iamamoto (2001), no que se refere a nova proposta de diretrizes curriculares para o curso de graduação em Serviço Social, elaborada pela Associação Brasileira de Ensino

em Serviço Social (ABESS), resulta de acúmulo de debates, troca de experiências e produção acadêmica em torno da formação profissional e revisão curricular.

O esforço de uma revisão curricular vem se desenvolvendo desde meados da década de 1970, através do qual se busca uma participação efetiva das reflexões sobre a questão da formação profissional coordenadas pela ABESS. A evolução desse processo vem sendo entendida por professores e alunos, numa perspectiva ampla de avaliação e redefinição da formação profissional, como revisão da própria profissão e no contexto de rearticulação da política da sociedade brasileira (SILVA, 1995).

Iamamoto (2001) considera que quanto à dimensão da prática na formação profissional, esta tem sido considerada o “primo pobre” nas revisões curriculares, assumindo posição residual e de pouca importância na produção acadêmica. Poucas unidades de ensino têm definida uma política de prática acadêmica de pesquisa e de estágio, não chegando a ganhar posição de prioridade nos debates da ABESS. Propostas alternativas foram ensaiadas, mas, como experiências isoladas no cenário da formação em Serviço Social no Brasil.

Setubal (2005) enfatiza que, neste momento, o problema do Serviço Social não está em fundamentar-se teoricamente em conhecimentos produzidos nas Ciências Sociais, sendo que esses lhe são indispensáveis como prática que se configura no âmago dessas ciências. O que falta é o enfrentamento teórico das questões que se colocam no cotidiano. Isto capacitaria o Serviço Social ao confronto de idéias e a uma participação ativa em trabalhos interdisciplinares.

A universidade deve ser por excelência, um lugar de diálogo aberto entre as culturas, de pensamento crítico, de intervenção e criação, não podendo correr o risco de aquietar-se, movida pela rotina burocrática e interesses menores, que buscam a absorção de defesa do chamado “pensamento único” (WANDERLEY, 2005, p. 159).

As normativas da SESu/MEC exigiram mudanças nas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social que haviam sido elaboradas pelo conjunto da categoria profissional em 1996. As adequações necessárias, incluindo as competências e habilidades, foram elaboradas pela comissão de especialistas, apoiada pela ABEPSS, entretanto os pareceristas da SESu/MEC realizaram cortes e modificações.

As diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS não mencionam as competências genéricas ou transversais, que são as competências compartilhadas por um grupo de profissionais, mas não específicas de um determinado posto de trabalho ou profissão. São conhecimentos que atravessam diferentes profissões e/ou atividades profissionais. São capacidades genéricas que possibilitam a um profissional sucesso em uma gama variada de

ocupações, tais como: domínio das tecnologias de comunicação e informação, comunicação escrita e oral, atuar em equipe e adaptabilidade as mudanças. Nas diretrizes curriculares para o Serviço Social definidas no Parecer CNE/CES 492/2001 é acrescentada uma competência genérica que é a “utilização dos recursos da informática”, pois na sociedade do desenvolvimento tecnológico, o domínio de conceitos e teorias é tão importante quanto saber encontrar, interpretar e fazer uso das informações para a solução dos problemas cotidianos e futuros da sociedade.

3.4 A MAIORIDADE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E A IMPORTÂNCIA DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS

Segundo Silva e Silva et al (2005), a produção de conhecimento do Serviço Social nas décadas de 1980 e 1990 impulsionada pela pós-graduação, passa a equivaler-se à das outras áreas das Ciências Sociais em termos de rigor teórico-metodológico. Houve um aumento considerável de projetos, grupos de pesquisa, fóruns e espaços de divulgação de pesquisas, principalmente no meio acadêmico.

Este período representou momento de definição dos rumos técnicos acadêmicos e políticos para o Serviço Social, através das lutas e discussões na construção do projeto profissional, hoje consolidado. Foi num contexto de crise da ditadura militar e efervescência dos movimentos sociais, aprovação da Constituição Federal de 1988 e das pressões populares, que o Serviço Social foi questionado quanto à sua prática política, tornando os profissionais coautores e partícipes do processo de lutas democráticas na sociedade brasileira.

Para Martinelli (1997), o Serviço Social revela-se cada vez mais claramente como instituição componente da organização da sociedade. Portanto, perguntar por sua identidade significa perguntar por sua participação nas relações sociais, por sua legitimação como prática social de caráter popular. Significa ainda perguntar pelo seu papel no processo de produção de novas relações sociais e de transformação da sociedade.

O aumento da demanda pelos cursos de Serviço Social fez com que, no início da década de 1980, viesse para as unidades de ensino significativo número de profissionais, havendo, no País, quarenta e seis unidades de ensino oferecendo cursos de graduação, sendo que seis ofereciam também cursos de pós-graduação (IBIDEM).

As referências teóricas que fundamentaram a atuação profissional, de caráter funcionalista e instrumental, deslocaram-se para uma formação científica e com forte base teórica. Surge a preocupação com a produção de conhecimento através da realização de

pesquisa. A profissão não se limitou a consumir conhecimento das Ciências Sociais, mas buscou tornar-se também produtor de conhecimento científico.

A preocupação com a produção de conhecimento reveste-se de uma postura crítica, que busca superar os fundamentos teórico-metodológicos que influenciaram o Serviço Social tradicional, vinculando-os a uma postura imediatista e funcionalista, incapaz de proporcionar alteração na sociedade, em especial na vida da classe trabalhadora. Diante do questionamento de sua prática, o Serviço Social procura reafirmar, revigorar e modernizar a profissão por meio de novos aportes das Ciências Sociais.

Neste sentido podemos notar que o Serviço Social, na década de 1980, representou momento de conquista da categoria no que se refere a avanços teóricos, mas que ainda exige muito empenho para superar os desafios.

Silva e Silva et al (2005) destacam alguns avanços no Serviço Social brasileiro:

- Conquista na área da formação profissional através do desenvolvimento de projeto de formação profissional a partir de novas alternativas de intervenção em construção; da inserção do Serviço Social no contexto universitário; do avanço da produção acadêmica e da Pós-Graduação.
- O significativo avanço da participação dos assistentes sociais brasileiros em atividades de pesquisa e produção de conhecimento.
- A consolidação da ação profissional no campo das Políticas Públicas de corte social, participando como sujeito ativo no processo que culminou com a Constituição Brasileira de 1988.
- Participação direta na luta pela inclusão da participação social, como princípio constitucional, o que permitiu a instituição de conselhos de gestão direcionados ao controle social nas Políticas Públicas, o que representa campo importante de prática para os assistentes sociais nos municípios.

A primeira pós-graduação no Brasil foi implantada pela Universidade de São Paulo (USP), sendo seguida pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), mesmo antes da sua institucionalização. Para tanto, enfrentaram várias dificuldades, como por exemplo, a política ideológica exercida pelo regime militar instalado no país desde 1964. O espírito empreendedor de alguns docentes possibilitou-lhes enfrentar a opressão reinante e lutar pelo melhoramento da qualificação de homens e mulheres responsáveis pelas diferentes formações profissionais e pela formação de pesquisadores, mostrando que, desde os primórdios da pós,

há uma vinculação orgânica dos cursos *stricto sensu* com a produção de conhecimento (SETUBAL, 2005).

Conforme explicita Lúcio Kowarick (1995 apud KAMEYAMA, 1998), não existe uma relação linear entre as realidades de determinada sociedade e a produção de conhecimento nela existente. Ocorrem muitas mediações nas escolhas temáticas, nos recortes analíticos ou nas posturas metodológicas. Estas são realidades cotidianas, que irão transformar-se em objeto de intervenção.

É na área do Serviço Social que a produção de conhecimento engloba vasta e variada gama de temáticas, na medida em que ocorre cada vez mais uma ampla intersecção com a dinâmica da sociedade. Alguns exemplos: “a consolidação democrática, a extensão da cidadania, a mundialização, a crise econômica, o acirramento da pobreza, o processo de urbanização, a violência entre jovens e adultos, o planejamento e políticas públicas etc.” (KOWARICK, 1995, p. 48).

As temáticas mais prevalentes nas linhas de pesquisa que compõem as propostas dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil, a partir de 2003, foram: Política Social / Políticas Públicas / Avaliação / Gestão de Políticas Sociais; Estado / Instituições; Trabalho / Processo de trabalho / Relações de trabalho; Movimentos Sociais / Processos Organizativos / Associativismo / Sujeitos Sociais; Direitos Sociais / Cidadania / Direitos Humanos; Sociedade / Processos Sociais / Relações Sociais / Reprodução Social; Cultura; Questão Social; Formação profissional; Fundamentos do Serviço Social / Teoria e História / Prática Profissional (SILVA et al, 2005).

Ainda segundo as autoras (2005), merece destaque a centralidade que as áreas de pesquisa acima atribuíram a conteúdos específicos da profissão, destacando-se a temática Serviço Social e as Políticas Sociais enquanto um dos principais espaços onde se desenvolve a prática profissional, além da Questão Social, Formação Profissional, Fundamentos do Serviço Social, Teoria, História e Prática Profissional do Serviço Social.

Iamamoto (2014) destaca que no nível da formação acadêmico-profissional existem, em agosto de 2011, 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, dos quais dezoito de ensino a distância (EAD) que ofertam, no mesmo ano, 68.742 vagas. Na modalidade presencial os 340 cursos ofertam, em 2011, 39.290 vagas, segundo as Sinopses Estatísticas do MEC, totalizadas por Larissa Dahmer, em 2013.¹ As matrículas em cursos de Serviço Social assim se distribuem, em 2011: na modalidade EAD 80.650 matrículas e na modalidade presencial 72.019 matrículas.

Segundo a autora, a pós-graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social encontra-se consolidada com 34 programas: 34 cursos de mestrado e 16 de doutorado, todos de caráter acadêmico, com ênfase em Serviço Social, Políticas Públicas e Políticas Sociais.

De acordo com a ABEPESS (gestão 2012-2014), a prioridade para a entidade no nível da formação graduada é a regulamentação do Plano Nacional de Estágio no Conselho Nacional de Educação. Já no nível da pesquisa e da pós-graduação, as prioridades voltam-se para a revisão das linhas de pesquisa da área no CNPq, para o debate coletivo sobre a orientação acadêmica dos programas de pós-graduação e para o impulso aos intercâmbios internacionais na área de Serviço Social (IAMAMOTO, 2014).

Iamamoto destaca como desafios ao serviço social, entre outros, a necessidade de: aprofundar a pesquisa sobre as vertentes teórico-metodológicas que têm marcado presença no debate profissional a partir do período 1980-90; estimular pesquisas sobre as metamorfoses do mercado de trabalho e dos espaços ocupacionais do assistente social nos âmbitos do Estado bem como das empresas capitalistas e organizações civis não lucrativas; e enriquecer a pesquisa sobre os sujeitos sociais que são o alvo privilegiado das ações profissionais - os segmentos da classe trabalhadora em seus recortes de gênero, etnia, geração, território -, enfrentando as abordagens focalizadas e individuais que obscurecem a sua dimensão coletiva.

Podemos considerar que houve no Serviço Social avanços significativos no que se refere à pesquisa, mas existem ainda muitas barreiras, sendo necessário uma conscientização dos profissionais no sentido de compreender a real importância da busca de conhecimento, bem como o incentivo por parte das universidades, instituições, governo, sociedade civil, enfim, um trabalho articulado, que tenha como horizonte uma atuação eficaz e competente num espaço de trabalho tão contraditório onde o assistente social está inserido.

No âmbito da formação acadêmica, a pesquisa deve ter centralidade no sentido de estimular a capacidade crítica de decifrar e intervir na realidade. Um dos momentos que contribuem nesse processo é o trabalho de conclusão de curso (TCC), que consiste numa proposta de iniciação científica que tem na pesquisa a sua base.

Para este trabalho, escolheu-se analisar os temas de TCC do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, a fim de compreender essa aproximação e sua relação com a realidade social, de forma a vislumbrar sua importância na formação na área.

3.5 PESQUISA DOS TCCS NA UFS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2011 E 2015.

Visando finalizar o trabalho sobre pesquisa e Serviço Social foi feita uma pesquisa estatística demonstrativa dos TCCs de Serviço Social feitos na UFS entre os períodos de 2011 a 2015 para conhecer quais são os assuntos que com mais frequência são objetos de estudos dos/as estudantes.

Foram escolhidos 100 trabalhos de forma aleatória entre o período descrito e foi feita uma tabela com dados estatísticos dividindo os trabalhos em eixos temáticos conforme classificação da ABEPSS, extraídos do site da entidade. Os eixos temáticos encontrados no site da ABEPSS foram:

- Trabalho, Questão Social e Serviço Social – que delibera sobre os seguintes assuntos: o Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos; Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social; Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho; Trabalho, direitos e lutas de classes; Trabalho e expressões da questão social.

- Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional que engloba os Fundamentos históricos e teórico-metodológicos; Formação profissional e o Trabalho profissional.

- Política Social e Serviço Social que trata sobre Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo; Fundo Público e Orçamento das Políticas Sociais; Lutas sociais e Controle Democrático nas políticas sociais; Desafios a seguridade social no Brasil; Política de Educação; Políticas para Infância e Juventude; Políticas de trabalho e geração de renda.

- Movimentos Sociais e Serviço Social que apresenta o estudo sobre os Movimentos Sociais e lutas de classes – contexto nacional e internacional; Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional; Estado, políticas sociais e movimentos sociais.

- Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social com Ênfase na Questão Agrária; na Questão Urbana e na Questão Ambiental.

- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social que trata sobre a Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas; Direitos Humanos: fundamentos históricos e a práxis dos movimentos e das lutas sociais em defesa dos direitos humanos na sociedade contemporânea; Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões cotidianas da alienação e da barbárie; Direitos Humanos, formação e exercício profissional; Ética, formação e exercício profissional.

- Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades que trata sobre as Relações Patriarcais de gênero; Sexualidades, identidades de

gênero e direitos; Relações étnico-raciais e desigualdades; Gerações e contemporaneidade e o Feminismo e Serviço Social.

TABELA 1 – Eixos temáticos dos TCC's/DSS/UFS (2011 – 2015)

Eixos Temáticos	2011	2012	2013	2014	2015	Total Absoluto	Total Relativo
Trabalho, Questão Social e Serviço Social	6	3	0	3	0	12	12,00%
Política Social e Serviço Social	14	5	9	12	9	49	49,00%
Movimentos Sociais e Serviço Social	2	2	3	4	2	13	13,00%
Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional	1	0	1	1	4	7	7,00%
Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	1	2	3	2	0	8	8,00%
Ética, Direitos Humanos e Serviço Social	3	0	0	0	0	3	3,00%
Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades	6	1	0	1	0	8	8,00%
Total absoluto	33	13	16	23	15	100	100,00%
Total relativo	33,00%	13,00%	16,00%	23,00%	15,00%		

Fonte: TCC's do DSS/UFS

A consulta aos TCC's no Setor de TCC (Relatório de Estágio do DSS/UFS) deu-se no período de 5 a 9 de setembro de 2016, no período noturno. Fez-se o levantamento dos trabalhos disponíveis para consulta, sendo selecionados os trabalhos dos anos 2011 a 2013 nos dias 5 e 6 e dos anos 2014 e 2015 nos dias 7, 8 e 9. A consulta por ano/dia foi privilegiada em razão dos empréstimos dos TCC's que ocorrem continuamente junto aos/as estudantes do curso.

Fez-se a listagem por título e ano. Salienta-se que na estrutura curricular o TCC é apresentado apenas em um semestre a cada ano, uma vez que a oferta é anual. Do levantamento, observou-se que estavam disponíveis mais TCC's dos anos de 2011 e 2014, e menos dos demais.

Ressalta-se que o tipo de levantamento, direto nas estantes, não sugere o total de trabalho apresentados, apenas, que somente estes estavam disponíveis no momento da consulta.

Dessa consulta, observou-se que foram feitos 33 trabalhos em 2011 o que representou 33% dos trabalhos analisados, 13 em 2012 totalizando 13%, 16 em 2013 dando 16%, 23 trabalhos em 2014 com total de 23% e 15 trabalhos em 2015 resultando em 15%.

Observa-se que o eixo Política Social e Serviço Social apresenta o maior número de TCC's no período indicado, com 49% de toda produção no Departamento de Serviço Social. As diretrizes curriculares da área recomendam que o TCC, preferencialmente, trate de objeto extraído do Estágio Supervisionado, o que pode ser uma possibilidade para o número elevado de trabalhos nesse eixo temático.

O eixo Trabalho, Questão Social, e Serviço Social apresentou no período 12 trabalhos totalizando 12%. O eixo Movimentos Sociais e Serviço Social apresentou 13 trabalhos totalizando 13%.

Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional teve um total de 7% com 7 trabalhos e Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social 8 trabalhos somando 8% do total.

Ética, Direitos Humanos e Serviço Social teve 3 trabalhos apresentados totalizando 3%.

Podemos deduzir desta tabela que existe uma diversidade na escolha dos temas dos TCC's e que isto é consequência da nossa formação abrangente que trata de vários temas e isto garante uma ampla perspectiva de campo de trabalho para os/as Assistentes Sociais, pois esses/as possuem competências para atuar em diversas áreas de conhecimentos.

Concluimos que a pesquisa é importante pois:

- É um subsidio para a apreensão da realidade e a construção de conhecimento científico na profissão;
- É exigência no processo de superação do pragmatismo;
- Ajuda a termos um posicionamento crítico e visa a busca do conhecimento científico que explica a realidade na sua complexidade;
- Contribui com a construção de uma nova ordem societária;
- Auxilia no atendimento das novas exigências impostas para a nossa intervenção profissional, como produtora de conhecimento;
- Dá sustentabilidade às intervenções profissionais com o objetivo de responder com eficiência às demandas sociais;
- Ajudou a superar o Serviço Social tradicional pautado no funcionalismo, buscou uma perspectiva dialética reconhecendo a sociedade em uma estruturação de desigualdade social;
- Contribui para capacitar o Serviço Social no confronto de idéias e a uma participação ativa em trabalhos interdisciplinares;
- Estimula a capacidade crítica de decifrar e intervir na realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela teve como origem e fundamentação a importância e a consolidação da pesquisa na formação do/a assistente social. Descobrimos que a profissão tinha pouca tradição em se fazer pesquisa, apenas intervinha sem investigar e que isso é originária da sua vinculação com a igreja católica. Que durante muitos anos nosso trabalho se fundamentava apenas em ações de cunho assistencialista e conservador visando à doutrinação da população.

Com o processo de ruptura com o conservadorismo, a profissão passou a questionar a sua formação e manifestou a necessidade de buscar novas referências teóricas e críticas para assim poder atuar na realidade de forma mais interventiva, buscando atender às exigências da sociedade. Ainda hoje temos profissionais que fazem parte deste paradigma, mas a grande maioria segue nossa nova tendência.

Com a introdução da pesquisa no currículo do nosso curso, o Serviço Social entrou para o rol das ciências sociais como produtora do conhecimento. Isso se iniciou nos anos 1970 e mostrou a importância da pesquisa no sentido de unir nossa formação de forma crítica sem deixar de lado o compromisso ético-político.

Nota-se que mesmo com o avanço da pesquisa no Serviço Social ainda existem muitas dificuldades como o nível de complexidade dos objetos de investigação porque a nossa área nasceu e se desenvolveu em um complexo período histórico, onde atuamos mediando conflitos que resultam de relações sociais bastantes complexas e contraditórias.

Em relação ao crescimento da pesquisa na profissão, este pode ser comprovado pelo aumento considerável de pesquisadores e grupos. Nas universidades notamos um avanço no processo de ensino e formação onde existe um sentido de dividir responsabilidades entre docentes e discentes, em um ambiente de liberdade para estudar, interrogar, criticar, permitindo uma transposição do espaço universitário, a fim de que haja uma maior apreensão da visão de mundo, relacionando aprendizagem acadêmica com realidade social.

Um profissional que busca sempre a excelência não deve nunca se acomodar, deve sempre estar buscando novos conhecimento e estar sempre bem informado, nunca parar os estudos (educação continuada), pois as relações sociais são bastante dinâmicas. Não podemos nunca nos deixar alienar pelos valores e ideologias dominantes que buscam manter o *status quo*.

É de imensa necessidade salientar que mesmo com todas as dificuldades o Serviço Social conseguiu um desenvolvimento significativo em relação à pesquisa e à produção de conhecimento. Precisamos desta consciência para sermos profissionais competentes e ligados

a um projeto ético – político, com formação continuada buscando como objetivo de intervir na realidade cotidiana por meio do exercício profissional e viabilizar por meio do Estado e das políticas sociais direitos aos que vivenciam cotidianamente as expressões da questão social e que atendemos nos espaços que estamos inseridos.

Na sociedade contemporânea que vive mudanças constantes, trabalhar com as expressões da questão social exige-nos construção de novas formas de conhecimento e pesquisa que possam contribuir para o enfrentamento da questão social, visando assim uma sociedade mais justa e igualitária para todos nós, sem dominação, exploração e opressão de classe, gênero e etnia.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myriam Veras. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2001.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **katálysis**, Florianópolis, vol. 10, p. 46-54, 2007.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota. Reflexão sobre a Pesquisa Qualitativa em Serviço Social. **Serviço Social e Realidade**. Franca, n. 4, p. 7-9, 1995.

CARDOSO, Franci Gomes. A Pesquisa na formação Profissional do assistente Social: algumas exigências e desafios. **Caderno Abess**, São Paulo, n. 8, p. 27-32, 1998.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A pesquisa no debate contemporâneo e o serviço social. **Caderno Abess**, São Paulo, n. 5, p. 43-66, 1995.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de (Org.). **Serviço Social, Pós Graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 69-131.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA Maria Ozanira da Silva. Recursos humanos e atividades de formação dos programas de pós-graduação na área de Serviço social. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 51-67.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DEMO, Pedro. **Pesquisa-princípio científico e educativo**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do serviço social no Brasil**: uma questão em movimento? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 21-36, 2005.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. Produção científica e formação profissional –os paradigmas do conhecimento e seu rebatimento no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional. **Caderno Abess**, São Paulo, n. 6, p.20-28, fev. 1998.

HELP! Sistema de Consulta Interativa. **História do Brasil**. [S.L.]: KLICK; São Paulo: O Estado de São Paulo, v. 6, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. A Formação Acadêmico-Profissional no Serviço Social Brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.120, p.609-639, out/dez.2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KAMEYAMA, Nobuco. **A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social**. Caderno Abess, São Paulo: Cortez, n. 8, p. 33-76, nov. 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MOURA, José Carlos Pires de (Org.). **História do Brasil**: a crise da Segunda República. 2. ed. São Paulo: Anglo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 5-20, nov. 2005.

PEREIRA, Potyara. A utilidade da Pesquisa para o Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 4, n. 4 p. 1 – 156, mai. 2005.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **katálýsis**, Florianópolis, v. 10, p. 64-72, 2007.

_____. **Pesquisa em serviço social**: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2 p. 282-297. jul./dez. 2007.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues. A construção do conhecimento profissional e o ensino do serviço social. **Caderno Abess**, São Paulo, n.6, p. 157-169, fev. 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimentos dos programas de pós-graduação na área de serviço social. In: CARVALHO Denise Bomtempo Birche de (Org.). **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-49.

ANEXOS